

jugar com a transformação dos cenóbios masculinos em residências de monjas (p. 36-37 de *Património, parentesco e poder...*). Ainda no que diz respeito às fontes a consultar, registre-se a falta de referências à documentação de Santa Maria de Semide, da Época Moderna, existente em vários arquivos, nomeadamente na Torre do Tombo.

Em síntese, a obra em causa, patrocinada pelo IPLL, apesar de todos os seus méritos, na forma como veio a público, ressent-se do facto de ter sido escrita há 30 anos atrás. Certamente que a sua edição atempada teria sido mais útil para os investigadores de História Religiosa portuguesa.

Pedro Penteadó

MAIA, Fernanda Paula Sousa — *O Mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto: Universidade Portucalense, 1991. 276 p.

A obra de Fernanda Maia é uma versão corrigida da dissertação que a autora apresentou em 1990 no Mestrado em História Moderna e Contemporânea da Universidade Portucalense. Trata-se de um estudo que se integra num vasto projecto universitário de investigação de história agrária em torno de várias instituições monásticas do Entre Douro e Minho, sob a direcção do Professor Aurélio de Oliveira, docente daquela Universidade. A estratégia de trabalho ali desenvolvida consiste em partir de fundos arquivísticos homogéneos, conservados por importantes senhorios eclesiásticos portugueses, e reconstituir a partir deles alguns dos principais aspectos da vida material da sociedade camponesa do Portugal de Antigo Regime.

No caso concreto do Bustelo (Penafiel), Fernanda Maia procurou definir as características geomorfológicas, hidrológicas e climáticas da região de implantação das propriedades do Mosteiro; as formas de constituição desse património; o regime da sua exploração; e ainda o contexto administrativo a partir do qual se desenrolou a gestão do conjunto das propriedades monásticas. Finalmente, analisou o problema da produção agrícola da referida região, a partir de indicadores como a rentabilidade e o dízimo eclesiástico, e segundo uma metodologia solidamente testada.

Os documentos que serviram de suporte a esta operação foram sobretudo os «estados gerais» do Mosteiro de Bustelo, relatório trienal apresentado pelos representantes daquela instituição nos capítulos gerais da Congregação de S. Bento, em Tibães. Apesar da ausência de informações para o período 1671-1709 limitar a extensão dos resultados, tal não impediu que a autora tentasse recuperar uma parte considerável da conjuntura agrícola até 1821. Da periodização que nos propõe, saliente-se a tendência (assinalável em outras regiões de presença monástica) para a baixa de produção, a partir de 1764-67, e as várias crises que culminam com a recuperação de 1821. Estes dados podem talvez ajudar a perceber o movimento de contestação à faceta dominial do monaquismo português, durante o período em causa.

Neste sentido, o estudo de Fernanda Maia pode ser entendido como mais uma prova que o historiador dos fenómenos religiosos não deve abdicar dos resultados obtidos pelos investigadores de História Económica para recuperar a vivência espiritual das comunidades do passado. É que, como defendeu Dominique Julia, a mudança de condições sociais implica alterações nas idéias e desejos dos fiéis, com consequências ao nível do sistema religioso; donde se depreende uma profunda relação entre este e o sistema económico e social vigente. Deste ponto de vista algumas interrogações podem ser suscitadas. Por exemplo, a questão da validade das teses que associam o sistema senhorial, e nomeadamente o papel de algumas Ordens Religiosas dentro deste, ao condicionamento da produção agrícola, às (más) condições de vida das populações, a uma religião de obediência à ordem estabelecida e ao conformismo social.

Fernanda Maia, secundando aliás os resultados de Aurélio de Oliveira para Ti-bães, traça um quadro de miséria para a maioria dos pequenos e médios camponeses da região de Bustelo, que viviam no limiar das necessidades alimentares e não tinham capacidade de fazer pequenos benfeitorias para melhorar níveis de rentabilidade do solo (p. 58 e 107), já de si inferior ao nível qualitativo dos terrenos de exploração directa do Mosteiro. Estamos, evidentemente, perante comunidades com um assinalável grau de dependência das situações climáticas e das características naturais dos solos. Ou seja, comunidades que se entregam inteiramente à mercê de Deus, gestor do Cosmos, e se resignam com os destinos que Ele traça para o seu povo. Assim se compreende que para o camponês a fome possa ser entendida como um castigo divino e o bom tempo (leia-se, a boa colheita) como uma dádiva dos Céus (p. 23, 27, 228). Trata-se de populações que viviam perante a ameaça permanente de crise e perante a angústia e o medo da escassez de alimentos. O que contrasta com o ambiente do Mosteiro de Bustelo, o qual «não foi nunca afectado em termos de consumo pelas crises frumentárias que se sucederam no século XVIII» (p. 148 e 243). As estatísticas paroquiais confirmam a validade desses receios da fome, que é como quem diz, da doença, da esterilidade e da morte (p. 229 e 232).

Neste contexto, a religião que mais se adequa a um povo que coabita com o sofrimento é aquela que lhe fornece o remédio espiritual e material para os seus problemas. Daí, por exemplo, o «catolicismo popular» (no sentido apresentado por Luís Maldonado) e a prática da caridade. É certamente elucidativo que durante a escassez do Verão de 1766 se pretenda realizar uma procissão solene destinada a pedir a Deus o fim das calamidades que assolam a região de Bustelo (p. 40). Até que ponto este facto indicia a existência de uma relação entre as situações de crise e o aumento do número de ritos propiciatórios, ou, mais genericamente, o fomento do culto da Virgem e dos santos, intermediários fundamentais no processo de protecção dos fiéis pela divindade (p. 35, 242)? Eis um aspecto que haveria interesse em investigar, suscitado pela leitura deste trabalho de Fernanda Maia. Um outro aspecto é o que se prende com a relação entre as situações de crise e o aumento do endividamento, da mendicidade e... da caridade (p. 103). Será esta última uma forma de perpetuar a dependência camponesa face aos que têm capacidade de acumulação e de distribuição de excedente? Não será essa relação de dependência essencial à reprodução do sistema social, como sugeriu o professor António M. Hespanha?

A questão da reprodução do sistema é complexa e não se deve prestar a interpretações lineares. Ela pode ainda ser colocada a partir dos dados apresentados pela autora quanto ao destino do excedente agrícola do Mosteiro. Uma das características da administração monástica de Bustelo consistia na falta de «um consciente e voluntário espírito capitalista, orientado no sentido do lucro» (p. 238), para investir na melhoria das condições de produção. Efectivamente, só uma «pequena parcela [de rendimentos] era utilizada para subvencionar a actividade agrícola» (p. 239), sendo o restante dos dinheiros investidos em actividades não produtivas, nomeadamente objectos de culto e livros — base da cultura clerical (p. 54). Poderemos deduzir daqui que o excedente canalizado para o serviço de Deus acaba por funcionar como um investimento na continuidade do sistema senhorial, retardando o aparecimento de formas capitalistas? O problema e o debate permanecem (ainda) em aberto.

Pedro Penteado

ABREU, Laurinda Faria dos Santos — *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e Poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia, 1990. 228 p.

Embora um pouco tardia, talvez possamos justificar a demora na recensão desta obra não apenas pelo facto de a sua divulgação não ter sido muito alargada, mas sim porque este estudo constitui, ainda hoje, uma das poucas monografias recentes sobre a história das misericórdias e, mais concretamente, sobre uma misericórdia local: a Misericórdia de Setúbal. A questão ganha ainda mais relevo se atendermos a que a quase totalidade da bibliografia publicada sobre as misericórdias é anterior a 1980, sendo grande parte dela datada do período compreendido entre os anos de 1930 e 1970. Mais ainda, são poucas as que ultrapassam o plano de uma história institucional demasiado estreita e, mesmo este tipo de abordagem, está longe de estar feito para a totalidade das misericórdias fundadas em Portugal, sobretudo ao longo do século XVI.

Vale então a pena, ainda que tardiamente, saudar a publicação desta monografia sobre a Misericórdia de Setúbal que constitui um estudo histórico rigoroso, baseado essencialmente numa análise detalhada da documentação existente no Arquivo da Misericórdia local. Resulta este estudo da investigação realizada pela autora entre 1986 e 1988 para a elaboração de uma tese de mestrado em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Balizada entre os anos de 1500 — data mais provável da fundação — e 1755 — data do terramoto que, pela destruição de grande parte do património da Santa Casa, constitui um momento de viragem na história da instituição —, contém esta obra um maior número de dados para os anos que decorrem de 1660 a 1755, devido à existência de documentação mais numerosa e com carácter de maior continuidade.